



**AJUSTE COMPLEMENTAR DE COOPERAÇÃO EM APLICAÇÕES PACÍFICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESPACIAIS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia  
(doravante denominados "as Partes"),

Desejosos de dar um novo impulso à cooperação na área de alta tecnologia entre os dois países;

Tendo em conta o disposto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 12 de março de 1981;

Empenhados na manutenção do espaço exterior aberto à cooperação internacional ampla e para fins exclusivamente pacíficos;

Considerando que, para países de grande extensão territorial como o Brasil e a Colômbia, a utilização do espaço exterior para fins pacíficos constitui um instrumento insubstituível para o conhecimento de seus territórios e de seus recursos naturais, assim como para a promoção do desenvolvimento social, econômico e tecnológico e a proteção ambiental;

Considerando que ambos os países são membros do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) e convencidos de que o domínio da tecnologia espacial implica a necessidade da manutenção de estrito controle sobre sua transferência, tendo em vista não permitir seu desvio para fins contrários aos interesses da paz e do bem-estar de seus respectivos povos e da comunidade internacional como um todo e de conformidade com seus respectivos regimes legais;

Com o propósito de aprofundar ainda mais a cooperação espacial existente entre os dois países, tendo como objetivo a convergência dos respectivos esforços nacionais de desenvolvimento espacial, por meio da complementação e da coordenação de ações e de projetos;

Empenhados em otimizar os resultados esperados, diminuir os custos, incrementar o uso da tecnologia espacial, maximizar a participação dos setores produtivos e promover o intercâmbio de insumos e de produtos da indústria espacial;

Acordam o seguinte:

### **Artigo I**

A Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Colombiana do Espaço (CCE) são designadas como agências executoras principais deste Ajuste. Elas podem designar outros organismos e entidades, se necessário, para o desenvolvimento de programas de cooperação nas áreas enumeradas no Art. II.

### **Artigo II**

1. As agências executoras principais identificarão áreas de interesse mútuo e procurarão desenvolver programas e projetos conjuntos nos usos pacíficos do espaço exterior, mediante a utilização das tecnologias e equipamentos disponíveis nas Partes.
2. A cooperação no âmbito do presente Ajuste abrangerá as seguintes áreas:
  - a) ciência espacial, tecnologia espacial, avaliação e monitoramento do meio ambiente e dos recursos da Terra por sensoriamento remoto e outras aplicações espaciais;
  - b) desenvolvimento de missões satelitais conjuntas para fins científicos, tecnológicos e de aplicações espaciais;
  - c) meios de acesso ao espaço e serviços de lançamento;
  - d) formação, capacitação e intercâmbio de pessoal científico e técnico na área de tecnologia espacial;
  - e) apoio mútuo à atenção a desastres, busca, resgate e detecção de riscos por meio do acesso a informação e a serviços baseados em tecnologia espacial;
  - f) aplicação e apoio para o desenvolvimento de projetos de agricultura de precisão;
  - g) trabalho ativo em tecnologias ligadas ao GNSS, incluindo, entre outras: desenvolvimento de tecnologias, participação em projetos internacionais e implementação e uso desses sistemas; e
  - h) outras áreas que venham a ser acordadas pelas Partes.

### **Artigo III**

Os programas e projetos de cooperação espacial referidos no Art. II serão objeto de Protocolos específicos a serem assinados pelas agências executoras principais ou outras entidades designadas pelas Partes, e deverão especificar seus objetivos, os procedimentos de execução e as responsabilidades individuais e conjuntas daquelas agências.

#### **Artigo IV**

1. As agências executoras principais ou outras entidades designadas pelas Partes serão as responsáveis pelos custos de suas atividades na condução dos programas e projetos de cooperação realizados no âmbito deste Ajuste.
2. Tais atividades serão conduzidas em conformidade com as leis e regulamentos de cada Parte, e estarão sujeitas à disponibilização de fundos alocados para esses fins.

#### **Artigo V**

De conformidade com o Artigo IV do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República da Colômbia e o Governo da República Federativa do Brasil, as Partes isentarão de tributos e demais ônus de importação e exportação os bens, equipamentos e materiais enviados por um país ao outro. Da mesma forma, concederão aos especialistas que se deslocarem de um país a outro para fins de implementação deste Ajuste, os privilégios previstos no Artigo IV do referido instrumento.

#### **Artigo VI**

1. A proteção da propriedade intelectual será disciplinada pelas leis e regulamentos de cada Parte, tendo-se em conta suas obrigações no âmbito dos acordos internacionais sobre a matéria, dos quais são parte a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia.
2. Os Protocolos específicos poderão pormenorizar essa proteção, à luz de cada projeto ou programa desenvolvido no âmbito do presente Ajuste.

#### **Artigo VII**

1. Para o acompanhamento da aplicação do presente Ajuste, fica criado o Grupo de Trabalho Conjunto Colombo – Brasileiro sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, que se reunirá, alternadamente, em cada país, ao menos uma vez por ano.
2. O Grupo de Trabalho será integrado, pela Parte brasileira, por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Espacial Brasileira (AEB) e dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras. Pela Parte colombiana, o Grupo de Trabalho será integrado pelos representantes de entidades designadas pela Comissão Colombiana do Espaço (CCE).

#### **Artigo VIII**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação e/ou à implementação do presente Ajuste que surja de sua execução, será resolvida pelas agências executoras principais e, se necessário, remetidas ao Grupo de Trabalho Conjunto. No caso de persistir a divergência, deverá ser resolvida por via diplomática.

## Artigo IX

Este Ajuste Complementar não interferirá na cooperação de qualquer uma das Partes com outros Estados e organizações internacionais.

## Artigo X

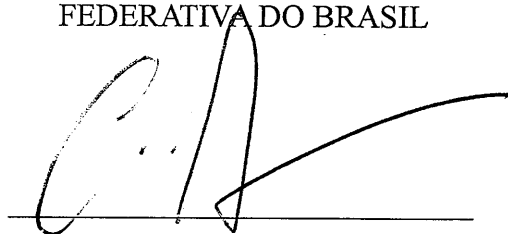
Este Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

## Artigo XI

1. A validade do presente Ajuste será de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por períodos de 5 (cinco) anos, a menos que uma das Partes notifique a outra, por via diplomática, com uma antecipação mínima de 6 (seis) meses, de sua decisão de por fim a sua vigência.
2. O presente Ajuste poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, mediante notificação diplomática, e seus efeitos cessarão 6 (seis) meses após o recebimento da mencionada notificação. A denúncia não afetará os programas e projetos em execução, salvo se as Partes convierem diversamente.

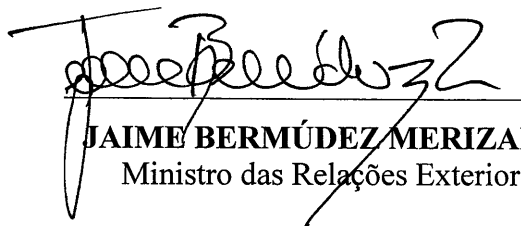
Feito em Brasília, em 17 de fevereiro de 2009, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL



**CELSO AMORIM**  
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA COLÔMBIA



**JAIME BERMÚDEZ MERIZALDE**  
Ministro das Relações Exteriores

**ACUERDO COMPLEMENTARIO DE COOPERACIÓN EN APLICACIONES  
PACÍFICAS DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA ESPACIALES ENTRE EL  
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL  
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Colombia,  
(en adelante denominados "las Partes"),

Deseosos de dar un nuevo impulso a la cooperación en el área de alta tecnología entre los dos países;

Teniendo en cuenta lo dispuesto en el Acuerdo de Cooperación Científica y Tecnológica entre el Gobierno de la República de Colombia y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, suscrito en Bogotá el 12 de marzo de 1981;

Empeñados en mantener el espacio exterior abierto a una cooperación internacional amplia y para fines exclusivamente pacíficos;

Considerando que para países de gran extensión territorial como el Brasil y Colombia, la utilización del espacio exterior para fines pacíficos constituye un instrumento insustituible para el conocimiento de sus territorios y de sus recursos naturales, así como para la promoción del desarrollo social, económico y tecnológico, y la protección ambiental;

Considerando que ambos países son miembros del Régimen de Control de Tecnologías Misilísticas (MTCR) y convencidos de que el dominio de la tecnología espacial trae consigo la necesidad de mantener un estricto control sobre su transferencia, teniendo en vista no permitir su desvío para fines contrarios a los intereses de la paz y del bienestar de sus respectivos pueblos y de la comunidad internacional como un todo, y de conformidad con sus respectivos regímenes legales;

Con el objeto de profundizar aun más la cooperación espacial existente entre los dos países, teniendo como objetivo la convergencia de los respectivos esfuerzos nacionales de desarrollo espacial, a través de la complementación y la coordinación de acciones y proyectos;

Empeñados en optimizar los resultados esperados, disminuir los costos, incrementar el uso de la tecnología espacial, maximizar la participación de los sectores productivos y promover el intercambio de insumos y productos de la industria espacial,

Acuerdan lo siguiente:

### **Artículo I**

La Agencia Espacial Brasileña (AEB) y la Comisión Colombiana del Espacio (CCE) son designadas como agencias ejecutoras principales de este acuerdo. Ellas pueden designar otros organismos y entidades de ser necesario, para el desarrollo de programas de cooperación en las áreas enumeradas en el Artículo II.

### **Artículo II**

1. Las agencias ejecutoras principales identificarán áreas de interés mutuo y buscarán desarrollar programas y proyectos conjuntos en los usos pacíficos del espacio exterior, mediante la utilización de las tecnologías y herramientas disponible por las Partes.
2. La cooperación en el ámbito del presente Acuerdo abarcará las siguientes áreas:
  - a) Ciencia espacial, tecnología espacial, evaluación y monitoreo del medio ambiente y de los recursos de la tierra por percepción remota y otras aplicaciones espaciales;
  - b) Desarrollo de misiones satelitales conjuntas para fines científicos, tecnológicos y de aplicaciones espaciales;
  - c) Medios de acceso al espacio y servicios de lanzamiento;
  - d) Formación, capacitación e intercambio de personal científico y técnico en el área de la tecnología espacial;
  - e) Apoyo mutuo a la atención de desastres, búsqueda y rescate y detección de riesgos a través del acceso a información y servicios basados en tecnología espacial;
  - f) Aplicación y apoyo para el desarrollo de proyectos de agricultura de precisión;
  - g) Trabajo activo en tecnologías GNSS, incluyendo entre otras: Desarrollo de tecnologías, participación en proyectos internacionales e implementación y uso de dichos sistemas; y
  - h) Otras áreas a ser acordadas por las Partes.

### **Artículo III**

Los programas y proyectos de cooperación espacial referidos en el Art. II serán objeto de Protocolos específicos a ser suscritos por las agencias ejecutoras principales u otras entidades designadas por las Partes, las que deberán especificar sus objetivos, los procedimientos de ejecución y las responsabilidades individuales y conjuntas de aquellas agencias.

#### **Artículo IV**

1. Las Agencias ejecutoras principales u otras entidades designadas por las Partes serán las responsables de los costos de sus actividades en la conducción de los programas y proyectos de cooperación realizados en el ámbito de este Acuerdo.
2. Tales actividades serán conducidas de conformidad con las leyes y regulaciones de cada Parte y estarán sujetas a la disponibilidad de fondos asignados para esos fines.

#### **Artículo V**

En concordancia con el Artículo IV del Acuerdo de Cooperación Científica y Tecnológica entre el Gobierno de la República de Colombia y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, las Partes eximirán de los impuestos y demás gravámenes de importación y exportación los bienes, equipos y materiales enviados por un país al otro. Asimismo concederán a los expertos que se desplazan de un país a otro para fines de implementación de este Acuerdo, los privilegios previstos en el Artículo IV de dicho instrumento.

#### **Artículo VI**

1. La protección de la propiedad intelectual estará regida por las leyes y reglamentaciones de cada una de las Partes, teniendo en cuenta sus obligaciones en el marco de los acuerdos internacionales en la materia, de los cuales son parte la República Federativa del Brasil y la República de Colombia.
2. Cada Protocolo específico podrá detallar esta protección, a la luz de cada proyecto o programa desarrollado en el marco del presente Acuerdo.

#### **Artículo VII**

1. Para el seguimiento de la aplicación del presente Acuerdo se crea el Grupo de Trabajo Conjunto Colombo – Brasileño sobre los usos pacíficos del Espacio Exterior, que se reunirá alternadamente en cada país, por lo menos una vez al año.
2. El Grupo de Trabajo será integrado, por el lado brasileño, por representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores, de la Agencia Espacial Brasileña (AEB) y por los organismos responsables del desarrollo de las actividades espaciales brasileñas. Por el lado de Colombia, el Grupo de Trabajo será integrado por los representantes de las entidades designadas por la Comisión Colombiana del Espacio (CCE).

#### **Artículo VIII**

Cualquier controversia relativa a la interpretación y/o implementación del presente Acuerdo que surja de su ejecución, será resuelta por las agencias ejecutoras principales y, de ser necesario, remitidas al Grupo de Trabajo Conjunto. En caso de persistir la divergencia, deberá ser resuelta por vía diplomática.

### Artículo IX

Este Acuerdo Complementario no interferirá la cooperación de cualquiera de las Partes con otros Estados y organizaciones internacionales.

### Artículo X

Este Acuerdo entrará en vigencia en la fecha de su firma.

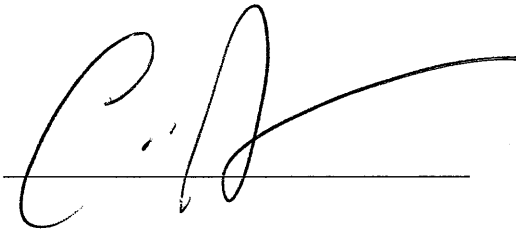
### Artículo XI

1. La validez del presente Acuerdo será de 10 (diez) años, prorrogables automáticamente por períodos de 5 (cinco) años, a no ser que una de las Partes notifique a la otra, por la vía diplomática, con una antelación mínima de 6 (seis) meses, de su decisión de terminarlo.

2. El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes, vía notificación diplomática, y sus efectos cesarán 6 (seis) meses después de la recepción de la mencionada notificación. La denuncia no afectará a los programas y proyectos en ejecución, salvo cuando las Partes convinieran lo contrario.

Hecho en Brasilia, a los 17 días del mes de Febrero de 2009, en dos ejemplares originales en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO DE REPÚBLICA  
DE COLOMBIA

